estão acontecendo: obras de recuperação da Rua Piabanha; obras de recuperação também da Saldanha Marinho; obras de recuperação da ponte da entrada de Corrêas. Todas essas três obras serão realizadas com esses R$ 10 milhões de recursos da Alerj, que foram direcionados para a Secretaria de Obras.

Lá na Secretaria de Obras nós estamos também fazendo todas essas compras que vocês estão vendo agora: contratação emergencial para colocação de asfalto na cidade, R$ 2.109.000,00 A gente vai precisar de mais asfalto. Não tem como. A gente teve aproximadamente 60 quilômetros de ruas destruídas R$ 430 mil de compra só de manilha. No primeiro momento a gente vai precisar comprar muito mais manilha, pó de pedra, meio-fio, paralelo. É uma situação difícil. Tudo feito com recurso da Alerj.

Bem, essa - digamos assim - parte eu deixo também com V. Exas.: cimento, madeira, calha, manilha, meio-fio, grelha de concreto, concreto usinado. Toda essa parte relacionada à reconstrução da cidade.

E aí a gente vai dividindo todos esses valores chegando a R$ 9.464.922,00. E aí vocês vão perceber que têm vários muros de contenção, gavião. Tudo feito com recurso da Assembleia Legislativa, chegando próximo já dos R$ 10 milhões.

Pagamentos de profissionais. Aí tem toda essa parte que tem que estar direito, ou seja, INSS, patronal, aquisição em caráter emergencial, cento e setenta kits mobiliário, de móveis, eletrodomésticos, utensílios. Evidentemente, há também a parte toda da Assistência Social.

A gente, com o dinheiro da Assembleia Legislativa, os 3 milhões, parte está sendo para fortalecer a dotação orçamentária para poder pagar a contrapartida do aluguel social, que a Prefeitura tem a contrapartida de R$ 200,00. Parte para comprar esses kits. Cada kit de aproximadamente de R$ 7,5 mil para cada família, contendo geladeira, fogão, tanquinho, sofá, armário, cama, botijão de gás, tampa de vaso, lâmpada, enfim, tudo o que é necessário para montar uma casa.

A outra parte foi para contratação desse recurso para contratação de recursos humanos: Assistente Social, Psicólogos, enfim, mais de duzentos profissionais. Estão dentro dos 3 milhões, além dos 3,5 milhões do prédio.

Bem, está terminando já a apresentação. É a última página.

Em primeiro lugar, tem que agradecer demais à Assembleia Legislativa. Porque a gente pegou a Prefeitura numa situação muito ruim. Vocês que são do Tribunal de Contas conhecem melhor a realidade do que eu que cheguei há noventa dias. A gente tem um rombo previdenciário da ordem de R$ 130 milhões por ano. Esse rombo veio aumentando de 2016 para cá. Fui Prefeito até 2016. Não existia esse rombo porque ainda tinha um lastro previdenciário. Não foi feito concurso público nesse período, ou seja, o número de contribuintes é muito menor hoje em dia e o número de aposentados é muito maior. Foi feita uma reforma previdenciária que não atendeu, de fato, aos interesses dos aposentados. É uma realidade. Não resolveu o problema do rombo. Houve uma segregação de massa, que também não consegue fazer com que você constitua um lastro interessante, e, ao mesmo tempo, retira recursos que você possa estar pagando, realmente, aposentadoria com recurso do próprio instituto.

A gente tem um outro problema muito sério, que foi o não pagamento de 58 milhões de precatórios de 2018, 19, 20 e 21. Nós temos 58 milhões para pagar de precatório passivo para trás. e a gente tem tido 30 a 40% dos nossos recursos de ICMS sendo bloqueados pelo Tribunal de Justiça. É uma situação muito difícil.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Qual o percentual?

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Trinta a 40%. São 6 milhões de reais por mês que a gente é bloqueado para pagar precatório. Dois milhões e 300 aproximadamente em relação ao que deveria estar sendo pago realmente todo mês, mais em torno de 4 milhões desse passivo, que foi parcelado em, se não me engano, 12 vezes, ou 15 vezes pelo Governo anterior, no final do ano passado.

Então, é uma situação difícil.

Outra situação difícil é, principalmente, na área da Saúde. Para V. Exas. terem uma ideia, criei um serviço social autônomo no Hospital Alcides Carneiro, em 2007, 2008, deixamos um passivo, aproximadamente, em 2016, da ordem de 13 milhões de reais, sendo que grande parte desse passivo era relacionado a impostos e aproximadamente 3 milhões de reais de passivos relacionados a prestadores de serviços. E deixamos o hospital praticamente novo e totalmente abastecido. Hoje, nós temos um passivo de 250 milhões de reais no Hospital Alcides Carneiro, sendo que 223 milhões de reais são de impostos e mais de 25 milhões de reais relacionados a prestadores de serviços. E o hospital não recebeu uma camada de tinta sequer. É uma situação dramática.

A Educação não vou nem ficar falando porque é difícil também, é uma situação complicadíssima. Tem o recurso que sobrou do Fundeb, porque não teve aula em 2020 e 20201, e esse recurso vai ser direcionado para pagar o aumento que foi dado no final do Governo passado para o regime de trabalho também especial - RTI -, como se fosse uma hora extra dos professores, que aumentou de 16 para 25 reais.

É uma situação difícil, não tem mobilidade, o orçamento é fictício, está superdimensionado em algumas rubricas, mais ou menos 10% a mais daquilo que é possível arrecadar - Fonte 00 e fonte de transferências voluntárias.

São essas as minhas observações. Quero dizer que o Governo Estadual trouxe para si a responsabilidade de fazer algumas obras emergenciais, a Washington Luiz, a Conde D'Eu, a Batata Frita, a 24 de Maio, sendo que a 24 de Maio é a obra mais emergencial por causa das pedras que existem lá, são pedras gigantescas. Nós estamos solicitando um convênio com o Governo Estadual porque não existe esse convênio até agora. Afinal de contas, a gente estava em calamidade pública. Eu compreendo perfeitamente, mas, para a gente dar legalidade a tudo isso, é importante ter esse convênio, inclusive porque são obras que mexem com o eixo viário da cidade e eu preciso ter o acompanhamento dessas obras como, também, ente federado, preciso saber o que realmente está acontecendo.

Também tem o túnel extravasor. O Governo Estadual vai fazer o emergencial, foi judicializada essa questão, na ordem de 40 milhões de reais para o túnel extravasor, então, além das obras que citei anteriormente, tem as obras do túnel extravasor.

Conversei com o Governador quando esteve lá, expliquei para ele que tem grande parte da periferia da cidade que foi atingida que não foi contemplada por essas obras que foram colocadas pelo Gest. Falei para ele no Morro da Oficina, da Chácara Flora, da Vila Felipe, que são regiões do grande alto da serra que não receberam um recurso sequer. Ele ficou, então... Ele sinalizou, melhor dizendo, no sentido positivo de a gente também fazer um segundo convênio, onde a Prefeitura apresente os projetos básicos e ele, na ordem mais ou menos de 40, 50 milhões, assinaria e depois faria o repasse do recurso na medida que você for executando esse convênio. Nós estamos, agora, tentando de todas as maneiras fazer os projetos básicos dessas regiões que foram mais atingidas, mas não temos recursos para isso. Estamos pedindo ajuda também à Prefeitura do Rio de Janeiro, à Prefeitura de Niterói, para a gente poder, com a ajuda da engenharia, também, das universidades produzir esses projetos básicos na velocidade necessária que a situação mais exige.

Enfim, eu acredito que a gente unido é capaz de dar a volta por cima. Quero dizer para vocês que é uma situação difícil, mas não é uma situação impossível, e sei que a gente vai conseguir resolver esse problema em médio e longo prazos. Provavelmente, não serei o Prefeito que entregará as últimas obras, mas a gente tem que deixar isso tudo bem alinhado para a gente fazer um projeto de reconstrução da nossa cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Prefeito.

Vamos abrir agora para as intervenções. Antes de o senhor sair, Procurador, o senhor quer fazer alguma intervenção?

O SR. SÉRGIO PIMENTEL - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu lhe agradeço, Sérgio Pimentel.

Eu vou pela ordem aqui primeiro perguntar ao Deputado Alexandre Freitas se ainda está conectado de forma remota e deseja levantar alguma questão ao Prefeito. (Pausa)

Não estando mais presente, eu vou passar a palavra para o Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Obrigado, Deputado Luiz Paulo, Presidente desta Sessão e querido amigo. Bom-dia a todos e todas. Eu estou participando aqui simultaneamente de uma reunião da Comissão de Educação sobre a questão da alimentação escolar, a pedido das diretoras de escolas, então, farei essa intervenção e em seguida terei que deixar o recinto.

Mas não queria deixar de vir aqui para acompanhar essa prestação de contas e, sobretudo, porque tenho em alguma medida acompanhado e dialogado esse esforço que vem sendo feito pela Prefeitura de Petrópolis, pelo Prefeito Rubens Bomtempo e sua equipe, a quem eu saúdo aqui, o Prefeito, Luciane, enfim, todos e todas.

Primeiro, Rubens, dizer que você tem, antes de mais nada, toda a nossa solidariedade. Antes de mais nada. Desde a primeira hora. Eu acompanhei no ano passado em vários momentos o seu périplo para desconstruir uma profunda injustiça que foi cometida contra você e contra a soberania popular de Petrópolis, e, por isso, você só assumiu o mandato como Prefeito - aliás, é a quarta vez que o povo de Petrópolis lhe conduz à Prefeitura daquela cidade. Isso fala por si mesmo, tenho a impressão. Só assumiu em dezembro do ano passado. E menos de dois menos depois de sua posse você enfrenta uma catástrofe de grandes proporções, com reincidência cerca de um mês depois.

Então, essa missão de governar os Municípios brasileiros hoje, Deputado Luiz Paulo, já é uma missão muito desafiadora e muito complexa. Imagine coordenar esse trabalho sob essas condições, tendo um quarto do seu mandato sido subtraído em função dos problemas de 2021. E agora diante desse quadro.

Então, minha palavra primeira é de solidariedade. E tenho absoluta confiança de que, apesar das dificuldades, acho que tinha você lá para enfrentar o tamanho desse desafio, o tamanho desse problema. E acho que pouco a pouco a população de Petrópolis vai certamente reconhecer isso.

Até me espanto que nesse conjunto de coisas complexas a serem enfrentadas, senhoras e senhores, ainda tenha aventureiros, me espanto. Na verdade, não é tão espantoso no contexto que vivemos no Brasil, mas, assim, posso não me espantar tanto, mas posso me indignar que nesse cenário ainda tenha oportunistas de plantão querendo, Deputado Luiz Paulo, assaltar a Prefeitura por meio de expedientes absolutamente deploráveis.

Então, essa é a minha primeira palavra.

A minha segunda consideração: os números falam por si sós, os números da tragédia, tanto a intensidade das chuvas quanto os impactos causados por essa catástrofe climática, ambiental. Aliás, é curioso que até muito recentemente tinha um Ministro do Governo Brasileiro, aliás, das Relações Exteriores, que, para espanto global, para espanto da comunidade global, afirmava que as mudanças climáticas eram uma conspiração marxista para fortalecer a China. Era uma frase que ele dizia em fóruns internacionais.

Então, as mudanças climáticas estão aí, estão acontecendo, provocando as consequências mais ou menos graves que elas provocam. E dependendo da situação da cidade, de sua geologia, das suas condições de estruturação urbana, esses impactos podem ser maiores ou menores.

Eu queria, Rubens, tendo visto aqui a prestação de contas, constatar que, até o presente momento - e o Deputado Luiz Paulo falou isso na abertura -, a transferência de recursos feita pela Alerj a fundo perdido para socorrer, apoiar e ajudar o povo de Petrópolis, da Prefeitura de Petrópolis, foi a maior das duas que foram feitas. E determinante e decisiva, porque o Governo Federal, até agora, transferiu 6,3 milhões de reais. Não é o nosso debate aqui, mas eu não quero deixar de consignar aqui nesta reunião, Deputado Luiz Paulo, que é espantoso também que o Governo Federal, até agora, tenha transferido, José Luiz, apenas 6,3 milhões de reais. A Alerj, uma Casa Parlamentar Estadual, transferiu o quíntuplo disso em ajuda emergencial.

A União arrecada, em tributos federais do Rio de Janeiro, em dados apurados pela nossa Assessoria Fiscal da Assembleia, algo em torno de 180 a 190 bilhões de reais por ano. Destes recursos arrecadados pela União, ficam, no Estado, cerca de um quinto disso.

Então, ela é uma ferrenha e gulosa arrecadadora, inclusive no território do Estado do Rio de Janeiro. E, no entanto, num momento dramático como esse, o Governo Federal - que, salvo engano, tem uma dotação orçamentária e financeira muito maior que uma Assembleia Legislativa - faz uma transferência dessa magnitude. E, se eu entendi, o Governo do Estado, que tem ajudado de outra forma, também, até o presente momento, não fez transferência alguma. O que também me espanta, eu quero aqui deixar claro. Mais ainda porque o Governo açambarcou recentemente, com um processo de privatização dos serviços de água e saneamento, Deputado Luiz Paulo, ajude-me, algo em torno de 17 bilhões de reais.

Parece-me absolutamente incompreensível, é até inaceitável- quero aqui dizer -, sem demérito de outras formas de ajuda que o Governo Estadual tenha oferecido, com equipes, com infraestrutura, enfim, mas, ainda assim, eu acho absolutamente incompreensível que, no âmbito deste tal Pacto RJ. E, se é um pacto, é para pactuar com quem? É para pactuar com os Municípios, com os munícipes, com as populações que integram o Estado. Não foi feita até agora uma transferência de um centavo sequer para que Petrópolis assim possa continuar enfrentando essas emergências e os impactos desta tragédia.

Queria também perguntar, Rubens, nestes apontamentos que o senhor fez, por exemplo, chamou-me muita atenção, entre outras coisas, qual é o investimento aproximado, em ordem de grandeza, é difícil precisar agora, que seria necessário para a gente fazer a recuperação dessas seis ou sete escolas, que vão ficar interditadas? Aproximadamente.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - A gente está falando, mais ou menos, na ordem aproximadamente de 15 milhões de reais.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Quinze milhões de reais para que elas possam ser colocadas em funcionamento?

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Isso.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Eu considero, Sr. Presidente, que esse é um tema que valeria a pena, certamente, não é o único, mas que a gente pudesse submeter à consideração do Presidente André Ceciliano. Não falo apenas porque sou um parlamentar muito voltado ao tema da educação, mas todos nós sabemos o que representou a pandemia do novo coronavírus para o aparelho escolar brasileiro. A maior crise que se abateu sobre a escola brasileira é a crise decorrente da pandemia, com praticamente dois anos letivos seriamente afetados ou perdidos para muita gente. Porque nós sabemos também as condições precárias que boa parte dos estudantes das escolas públicas tiveram para acompanhar o chamado ensino remoto.

Então, diante de dois anos já dramáticos para a escola brasileira, sobretudo a escola pública, eu acho que esse poderia ser um tema prioritário para a gente levar à consideração do Presidente da Assembleia. Quem sabe, dentro do seu planejamento, dos esforços que vem fazendo - o André é muito sensível à pauta da educação, à pauta da cultura -, pudesse considerar a possibilidade de, em outro momento, fazer um outro aporte, especificamente para que a Prefeitura possa, no mais breve tempo possível, empreender os esforços para recuperar esses seis ou sete equipamentos educacionais.

Não sei se o Prefeito considera isso uma prioridade, mas eu queria colocar isso sobre a nossa mesa como alternativa.

O SR. SR. RUBENS BOMTEMPO - Eu gostaria só de acrescentar um dado, que eu acho que é tanta coisa, que não dá nem para mensurar. O nosso Centro de Cultura, ele praticamente acabou. E perdemos oito mil livros originais da nossa biblioteca, do nosso acervo. Muito triste isso. E essa perda não tem como recuperar.

O SR. WALDECK CARNEIRO - É uma perda que não é só de restauração.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - É muito difícil, é muito difícil. O estado em que ficou, é muito difícil. E perdemos também toda a parte administrativa da Secretaria de Cultura, que fica ali na Praça da Águia, do lado da Câmara, em frente ao Museu Imperial. Foi totalmente destruída.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Eu queria, para concluir, Sr. Presidente, perguntar ao Prefeito se, mais adiante, a Assembleia, e até a Assembleia pressionando o Governo do Estado, for possível, digamos, produzir um novo aporte de recursos diante desse quadro tão complexo e tão desafiador, com tantas frentes a serem superadas. Quais seriam, do ponto de vista da Prefeitura, as principais áreas a serem enfrentadas, no curto prazo, que justificariam, eventualmente, novos aportes? É claro que estou aqui levantando uma hipótese, não tenho nada efetivado. Mas, na hipótese de novos aportes, do ponto de vista da Prefeitura, quais seriam as áreas mais prioritárias a serem alcançadas por esses eventuais novos aportes?

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Eu acho que, assim, a curto prazo, primeiro, a continuação da limpeza da periferia da cidade. Como eu falei, todos os escombros que caíram, por exemplo, lá no Morro da Oficina, ficaram. A gente limpou a rua de baixo, mas as pessoas estão lá aguardando uma resposta da Prefeitura se vão ficar aqueles escombros. As pessoas também estão ali sozinhas, querendo uma resposta, uma limpeza melhor, tem muitas pedras. A mesma coisa na Vila Felipe, mesma coisa na Chácara Flora. Inclusive, na própria Rua Teresa. Você vai, limpa, no dia seguinte, as pessoas novamente pegam dois, três caminhões, jogam novamente na Rua Teresa para gente poder retirar. Tem muito material ainda por trás disso tudo. Tem muito material. Não é fácil. Com essa nova chuva também a gente teve muito problema.

Então, eu acho que, a curto prazo, eu vejo isso. Também um reforço na dotação orçamentária do aluguel social e, também, acredito, no médio prazo, o reforço para fazer os projetos básicos para tentar captar recursos o mais rapidamente possível nesse convênio que foi sinalizado pelo Governo Estadual. E ampliar outros projetos também, de recuperação, algumas obras, que também você possa fazer não só o projeto básico, mas também o projeto executivo. É isso que eu percebo que seja assim mais importante, no sentido de poder devolver a alguns bairros da nossa cidade a normalidade das suas vidas. Tem bairros ali que foram muito, mas muito atingidos. E acho que vale a pena, se houver possibilidade, de a gente poder discutir essa questão do ponto de vista da geografia da cidade. Por isso que eu pedi para contratar uma empresa para estudar a viabilidade de transformar essa área toda numa área de especial interesse urbanístico. Senão, a gente não vai conseguir. Não vai ser só com os recursos públicos que a gente vai conseguir isso. Se não tiver o envolvimento da iniciativa privada, do setor imobiliário da cidade, se não houver novamente um investimento maior nessa área, das concessionárias também, que terão clientes importantes, a mais, a gente não vai conseguir dar uma saída de curto prazo para isso tudo. Acho que vai ter que ser um esforço muito grande.

Então, o que eu percebo muito é isso. Eu acho que a gente precisa dar essa resposta para a gente poder novamente melhorar a economia da nossa cidade. Que é uma outra tragédia por traz de tudo isso, que é a tragédia econômica, o desemprego. Por isso eu acho que essa frente emergencial de trabalho, se puder ser mantida mais um tempo, mais um mês, mais um mês e meio, ajuda muito, para não só concluir a limpeza, mas também distribuir renda, é uma realidade que a gente tem que encarar, a gente tem que ser honesto. As pessoas já estavam muito desempregadas, sem renda. É uma região que as pessoas vão viver de cartão. É uma região, gente, que eu estou falando, lembra que eu falei que era uma região federal, ali é uma área federal. O BNH e o Morro da Oficina, a área mais atingida. Ali se chama Morro da Oficina porque antigamente era oficina da Rede Ferroviária, da Leopoldina. Porque Petrópolis deixou de receber o trem em 1966. Até 1966, Petrópolis tinha como seu principal modal o trem. E aí Petrópolis começou a crescer a partir dali, com as suas fábricas, sendo o maior polo têxtil na América do Sul naquela época. Eu estou falando dos anos 20, dos anos 30. E o trem passava por dentro das fábricas, tinha trilho, tem trilho até hoje nas fábricas que estão lá ainda. Tem trilho até hoje, que recebia ali todas as encomendas, as saídas e transportava pelo País afora. E aí o que acontece? Depois quando o trem deixou de subir a serra, as fábricas foram também aos poucos também sentindo, foi desempregando. E depois veio a Rua Teresa, sendo um polo empresarial, comercial muito forte, passando a gerar muito emprego para todo mundo que trabalhava no Morro da Oficina. Cada casa dessa no Morro da Oficina tem uma pequena empresa que costura, estampa, aquela coisa toda. Mas, primeiro, com os coreanos, nos anos 1990, e, depois, com a abertura da economia de uma forma geral, a Rua Teresa foi também aos poucos perdendo sua força. E aí deixou uma legião enorme de desempregados nessa região. É uma situação muito difícil.

Então, eu estou só falando, dando esse breve, digamos, histórico para a gente poder pensar junto.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Claro.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Acho que é importante a gente pensar junto tudo isso.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Há muito investimento em contenção de encosta a ser feito, não é?

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Muito. Aí a gente está falando em milhões e milhões.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Pois é, porque eu queria dar um exemplo, Luiz Paulo, eu acompanhei de perto o quadriênio, José Luiz também conhece bem, eu acho, essa experiência, do quadriênio 2017-2020, em Niterói, na segunda gestão do então Prefeito Rodrigo Neves, foram mais de 300 milhões de investimentos em contenção de encostas. Sobretudo em áreas populares, em áreas que contavam com ocupação, Luiz Paulo, desordenada do solo. Não foram só investimentos em contenção de encosta, foram investimentos em contenção de encostas combinados, Luciane, com investimentos na política de habitação popular para reassentamento digno a essas famílias, enfim, então, o fato dessas duas áreas, por exemplo, Morro da Oficina e BNH serem áreas federais não tem favorecido algum tipo de tratativa com o Governo Federal, nada, nada?

Eu queria destacar isso, Luiz Paulo, para concluir. Os três Senadores do Rio de Janeiro são da base do Governo Federal, os três Senadores da República. Por enquanto não tem nada em curso com o Governo Federal?

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Eu participei da comissão no Senado e falei, frisei que era uma área federal. Mas não foi, digamos assim, muito, assim, introjetado...

O SR. WALDECK CARNEIRO - Sei.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - ...na discussão.

A questão também do PAC Encostas, que é um PAC da época, inclusive, do Governo Dilma, que nós assumimos a Prefeitura. O PAC Encostas era estadual, o Tribunal de Contas deve conhecer melhor essa parte, nós conseguimos municipalizar o PAC Encostas e o Estado ficou como interveniente nessa operação. Sessenta milhões de reais. Fizemos essas obras com a modalidade RDC, que foi uma exigência da Dra. Míriam Melchior na oportunidade, que ela estava utilizando isso como uma modelagem para a Copa do Mundo, inclusive. Conseguimos em torno, mais ou menos, de 10 a 12% os valores. Ficaram, mais ou menos, 54 milhões em obras para encostas na nossa cidade. E dividimos em três lotes - lote 1, 2 e 3. O lote 1 foi licitado no final de 2013; o início das obras foi dado aproximadamente no início de 2014; foram executados, até o final de 2016, 73%.

O lote 2 foi, mais ou menos, iniciado na metade de 2014; foram executados, aproximadamente, 40% até o final de 2016.

E o lote 3 foi, mais ou menos, no final de 2014, início de 2015, o início das obras; e foram executados 10% até o final de 2016, no total de 40% os três lotes juntos até o final do meu mandato.

De 2017 até o final de 2021, cinco anos depois, foram executados somente 12%. Esse são números da Caixa Econômica Federal.

Aí eu faço questão aqui de frisar que eu encontrei essa situação e, eu querendo retomar o PAC Encosta, eu percebi que não existia ali mais diálogo com as empresas porque elas queriam um realinhamento de preços.

Então, nós entramos em contato com o Secretário Max Lemos e nós oficializamos a transferência de volta do PAC Encostas para a execução no Estado; e o Estado se comprometeu em fazer o realinhamento de preços e executar o restante do PAC, que daria, mais ou menos, 45% ainda a serem executados.

Com relação ao terreno, nós temos um terreno que foi adquirido pela Prefeitura para o Minha Casa, Minha Vida, em 2014, que é o terreno que fica lá no Caititu. O terreno, foi feita a licitação, o

Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 07 de Maio de 2022 às 02:37:01 -0300.